

DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA PADRONIZADA PARA OS FOLHETOS DE CORDEL NO BRASIL: contribuições para o controle bibliográfico

Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Francisca Pereira dos Santos
Ria Lemaire

RESUMO: Aborda o processo editorial como contribuição para a construção do conhecimento, especificamente o folheto de cordel como parte desse processo. Traz a reflexão sobre a atuação do controle bibliográfico universal no que diz respeito a produção editorial do cordel. A pesquisa está amparada na problemática da exclusão do folheto de cordel do *cânone* literário e consequentemente da falta de controle de sua produção. Trata-se de uma pesquisa empírica que busca dados relevantes obtidos através da experiência e da vivência do pesquisador. A título de resultados preliminares a investigação identifica um maior amadurecimento da ideia com os principais atores envolvidos a partir de uma chamada pública para posterior congressos.

Maria Cleide Rodrigues

Bernardino

cleide@cariri.ufc.br

<http://lattes.cnpq.br/5619979866984830>

Professora do Curso de
Biblioteconomia da
Universidade Federal do Cariri
(UFCA). Doutora em Ciência da
Informação pela Universidade
de Brasília (UnB). Mestra em
Linguística pela Universidade
Federal da Paraíba (UFPB).

Francisca Pereira dos Santos

teiadoato@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0939531253224149>

Professora da Universidade
Federal do Cariri (UFCA)
Doutora em Literatura e Cultura
pela Universidade Federal da
Paraíba (UFPB). Mestra em
Sociologia pela Universidade
federal do Ceará (UFC).

Ria Lemaire

rialemaire@hotmail.com

Professora da Universidade de
Poitiers, França.

PALAVRAS-CHAVE: Controle bibliográfico. Produção editorial.
Folheto de cordel.

Submetido em: 08/03/2014
Publicado em: 01/06/2014

1 INTRODUÇÃO

O processo editorial de um país é de grande relevância para o seu desenvolvimento cultural e histórico tendo em vista a contribuição para a construção do conhecimento e disseminação da informação.

O folheto de cordel surgiu no nordeste brasileiro no final do século XIX (LEMAIRE, 2010) e desde sempre, para a sua publicação, conta com um processo editorial complexo que abrange todas as nuances do *design* editorial de qualquer outro formato.

O Controle Bibliográfico Universal (CBU) reconhece a responsabilidade de cada país para identificar e registrar sua produção bibliográfica, neste sentido, o presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre a criação de um número internacional padronizado para o folheto de cordel, pautada na sua contribuição para a construção do conhecimento a fim de controlar a produção editorial de folhetos de cordel no país.

Amparada a partir de um estudo empírico definido por Demo (2000) como o tipo de pesquisa que busca obter dados relevantes a partir da experiência do pesquisador. Nossa objetivo é refletir sobre a produção dos folhetos de cordel e contribuir para a criação de um novo conceito de produção editorial dos folhetos que permita a designação de uma numeração internacional padronizada a fim de possibilitar um controle bibliográfico de sua produção.

2 FOLHETOS DE CORDEL

A produção poética denominada de literatura de cordel no Brasil é uma das mais expressivas formas de narrativa e de comunicação cultural dos atores sociais do nordeste. Produzida, transmitida, repetida e conservada através da memória ou dos folhetos impressos nos sertões nordestinos desde o século XIX, essa poética teve seu núcleo criativo e inicial em muitas narrativas do imaginário medieval que ao chegarem a terras brasileiras foram ressignificadas ganhando novos sentidos, gêneros textuais, suportes e novas temáticas.

A literatura de cordel - ou como foi historicamente chamada e conhecida no nordeste brasileiro por seus produtores e receptores, “[...] livrinho de feira, livro, obra, livro de Ataíde, estória do meu padrinho, folheto e romance” (SOUZA, 1976, p. 13), antes de ganhar o suporte impresso e antes mesmo de ser manuscrita, e em seguida, escrita e publicada, é uma poética marcada pela oralidade.

Essa poesia, no entanto, ganha o *status* da escrita em fins do século XIX, e surge então um novo processo de comunicação gerado a partir de um extenso sistema editorial que ali emerge. O cordel que antes era voz, passou do manuscrito ao documento escrito impresso. São algumas fases das tecnologias da informação e da comunicação humana que podemos ver através dessa poética. Esse fenômeno leva a pesquisadora Lemaire (2003, p. 23) a entendê-la como um campo de pesquisa fascinante, pois, segundo ela, se “[...] encontram aí - coexistentes e reunidos num espaço de menos de um século e meio - todas as fases da história das tecnologias da comunicação”, que a Europa teria percorrido em mil anos.

Alcoforado (2006) afirma que a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação trouxe mudanças à oralidade. Para a autora no início o próprio poeta era o responsável pela produção e transmissão do conhecimento. Esse contexto de oralidade foi alterado a partir do surgimento da escrita, da imprensa e dos meios de comunicação como o rádio, a televisão e a internet. Essas mudanças favoreceram a criação de novas relações entre a poética da oralidade e a escritura poética do folheto de cordel, tanto na produção do conhecimento como nas estruturas mentais e cognitivas dessas relações.

2.1 Folhetos de cordel e a produção editorial

Um processo editorial pressupõe algumas fases como: edição do texto, preparação dos originais, revisão de prova, projeto gráfico etc. A editoração bibliográfica é complexa e contempla as seguintes fases: a análise do conteúdo; a escolha; seleção, filtragem onde é verificada a pertinência ou correspondência à linha editorial. Nesta fase é realizada uma análise referente a consistência do texto, sua originalidade, as obras concorrente, preparação da obra, formatação gráfica do texto e de revisão ortográfica e estilística.

Outro fator relacionado à editoração de obras bibliográficas são os aspectos exteriores como a paginação, a impressão e o acabamento da obra; a definição do preço final e os direitos autorais; a promoção, divulgação e distribuição, que consistem em estratégias de *marketing*, da propaganda e a distribuição dos exemplares de acordo com a demanda de cada região.

No processo de produção do livro, numa primeira etapa, os editores definem, juntamente com o autor, o projeto editorial ou *design* gráfico. É nessa etapa que são decididas questões que envolvem, usando os conceitos de Chevallard (1991), a delimitação dos saberes e a dessincretização, que levarão ao processo de despersonalização, que foi iniciado pelo autor e continuado pelo editor, quando atua diretamente no texto

apresentado nos originais da obra. Chevallard (1991) afirma ainda que no processo de dessincretização, o saber é desvinculado do ambiente epistemológico no qual ele se originou, passando a reconstituir-se em um novo contexto.

Concomitantemente a essas etapas, os agentes envolvidos no *design* elaboram o chamado projeto gráfico, que servirá também como instrumento no momento da transformação do saber, ou seja, pelo projeto gráfico torna-se possível estabelecer uma progressão do conhecimento e consequentemente, a sua assimilação.

A discussão no campo do folheto de cordel dá-se a partir de sua exclusão do *cânone* literário, o que por sua vez, nos leva a problemática da falta de controle de sua produção. É inegável, em se tratando de Brasil, a produção editorial do folheto é grande. Outro fato que não se pode esquecer é que apesar de não ter seu valor reconhecido pela Academia, o folheto traz em sua edição todo o processo editorial próprio de uma produção bibliográfica.

Quintella (2010, p. 48) falando sobre produção editorial do folheto de cordel afirma que,

Dentre os produtores de folhetos nordestinos, sem dúvida, J. Martins de Athayde foi o que melhor representou o processo de homogeneização editorial do cordel, ocorrido no decorrer do século XX. Esse aspecto ressalta, antes de mais nada, no modo como o poeta-editor procedeu em relação à forma de apresentação dos folhetos, padronizando, por exemplo, o estilo das capas das representações de pelejas e dos romances, as duas categorias por ele privilegiadas.

Essa homogeneização e padronização que Quintella (2010) ressalta nada mais é que o projeto gráfico da confecção dos folhetos. Assim, partindo desse pensamento chamamos a reflexão para um controle bibliográfico dos folhetos de cordel através de uma numeração internacional padronizada.

Ao falar do processo editorial Santos (2011, p. 222) o conceitua como “um extraordinário sistema de produção e circulação de folhetos”. Para a autora o processo se completa com a divulgação e circulação dos folhetos em feiras nordestinas. Porém, hoje a produção editorial que antes era manual e caseira foi substituída por processos mais sofisticados, que contemplam todas as etapas editoriais como qualquer produto bibliográfico.

3 CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL

O conceito de controle bibliográfico foi introduzido por Egan e Shera (1949) como a possibilidade para acessibilidade ao conteúdo e ao documento. O texto dos autores traz a noção de controle associada à máquinas. Machado (2003) afirma que a partir da publicação do *Cybernetics*, de Norbert Wiener em 1948, onde estabelecia os fundamentos do conceito de controle é que Egan e Shera (1949) construíram sua analogia mecânica para a cibernética que designa qualquer sistema dinâmico.

Para Machado (2003, p. 40), a “nova expressão controle bibliográfico é então adotada por profissionais bibliotecários e documentalistas e, em 1950, formalmente definida em um documento emitido pela UNESCO e pela *Library of Congress*”. O documento conceitua controle bibliográfico como o domínio sobre os registros escritos e publicados.

As bibliotecas historicamente foram as primeiras instituições que se preocuparam com o controle bibliográfico (CAMPELLO, 2006) e os seus catálogos foram durante muito tempo a única forma de controle do conhecimento registrado. Segundo Campello (2006, p. 2):

A partir da década de 1970, o esforço da biblioteconomia em direção ao aperfeiçoamento do acesso à produção bibliográfica mundial é representado pelo desenvolvimento das redes de informação, resultantes da aplicação da informática aos processos de organização bibliográfica.

As diretrizes para o Controle Bibliográfico Universal (CBU) foram propostas pela UNESCO e pela Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) em 1977, que tinha basicamente o objetivo de reunir e tornar disponíveis os registros da produção bibliográfica universalmente.

O programa foi ativado em longo prazo na Conferência da IFLA em Grenoble, em 1973. O CBU foi formalizado por decisão do Comitê Executivo em 1974, com a criação do escritório internacional para o controle bibliográfico da IFLA após discussões na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação, em 1969, em Copenhague. De acordo com Anderson (1977), o CBU foi proposto com o objetivo de criar um sistema mundial para o controle e troca de informações. Esse sistema funciona a partir de alguns mecanismos como: depósito legal, catalogação na fonte, descrição bibliográfica e outros.

Para o bom funcionamento do CBU as agências e instituições envolvidas no processo são de suma importância. Sobre o compartimento das informações padronizadas Grings e Pacheco (2010, p. 78-79) destacam que:

[...] são partes indispensáveis para o sucesso do compartilhamento das informações a uniformidade e consistência dos dados fornecidos pelas instituições. Desse modo, os formatos de intercâmbio de dados têm sido cada vez mais estudados e desenvolvidos, com destaque para o formato MARC - Machine Readable Cataloging.

A descrição bibliográfica é um dos mecanismos de controle bibliográfico que pressupõe, a partir de um sistema que envolve editoras e uma agência nacional, um controle editorial da produção bibliográfica de cada país.

Neste sentido, os componentes básicos do CBU são: reconhecimento de que cada país está mais capacitado para identificar e registrar sua produção editorial; e a aceitação, pelos países, de normas internacionais para o registro da descrição de sua produção bibliográfica.

É importante ressaltar que atualmente o CBU, liderado pela IFLA, está acoplado ao MARC internacional, que reflete a importância fundamental da padronização bibliográfica para os objetivos do CBU, uma vez que esse programa está direcionado para a coordenação do desenvolvimento de sistemas e normas para o controle bibliográfico. O CBU se dá a partir de uma estrutura em nível nacional e internacional.

Conforme Anderson (1977), a necessidade do CBU decorre da enorme responsabilidade dos bibliotecários, que mais conscientes de seu papel e importância na sociedade, atuam como organizadores de todas as fontes de informação em disponibilidade.

3.1 Descrição Internacional Bibliográfica Padronizada

Em 1969, na Conferência de Especialistas em Catalogação de Copenhague, o primeiro passo foi dado rumo aos Padrões Internacionais de Descrição Bibliográfica (ISBD), estabelecendo-se grupos de trabalho para o desenvolvimento dos ditos padrões para diversos suportes documentais. O objetivo do ISBD é estabelecer critérios para uma catalogação descritiva compatível a nível mundial, com a finalidade de tornar possível o intercâmbio de registros bibliográficos entre agências bibliográficas nacionais, entre as bibliotecas a nível internacional e entre as comunidades de informação em geral.

Dentro dos padrões internacionais do CBU, é essencial que para o registro de dados haja um código de catalogação estabelecendo regras, aceitas internacionalmente, que determinem a responsabilidade de autoria de uma obra e ao mesmo tempo normalizem uma descrição física. A padronização se dá com auxílio de regras de catalogação estabelecidas pelo

Código de Catalogação Anglo-American (AACR) e demais documentos e sistemas de normalização de registros bibliográficos.

O primeiro padrão a ser lançado foi o de monografias, ISBD(M), em 1971. A ISBD para monografias teve o texto revisto em 1974. Sucessivamente, foram aparecendo as ISBDs para outros recursos específicos como: para publicações em série ISBD(S) em 1974; para material cartográfico ISBD(CM) e material não livro ISBD(NBM) ambas em 1977; a ISBD(A) para livro antigo e as ISBD(PM) para música impressa em 1980 e, mais recentemente as ISBD(CF) para ficheiros de computador, em 1990.

É importante ressaltar que foi imprescindível a criação de uma estrutura geral que abrigasse todas as ISBDs, que resultou na ISBD(G) em 1977. O objetivo principal do ISBD(G) é assegurar a harmonia entre as outras ISBDs.

Para a descrição dos analíticos, foram publicadas em 1988 as diretris para a aplicação da ISBD para a descrição de partes componentes. A ISBD(CR) é um documento normativo, elaborado pela IFLA, que fornece as regras para a descrição bibliográfica das publicações em série e outros recursos contínuos. Esta ISBD foi publicada em 2002 como revisão da ISBD(S).

A proliferação de recursos bibliográficos na internet conduziu a novas necessidades tanto pelos utilizadores como pelos profissionais que tem por missão prestar-lhes informação. As ISBDs se constituem em um instrumento fundamental para a formulação e comunicação padronizada e normalizada da informação bibliográfica universal da informação registrada.

3.2 Sistemas de identificação numérica dos documentos

O número internacional normalizado individualiza o documento, favorecendo o processo de representação do documento na forma de catalogação que tem como objetivo tornar o documento único permitindo sua recuperação de forma multidimensionada.

A UNESCO recomenda que os serviços dos programas de catalogação na publicação sejam efetuados pela própria Agência Bibliográfica Nacional (ABN) ou Biblioteca Nacional (BN) a partir de uma relação com as editoras, as quais competem enviar a prova tipográfica do livro em tempo suficiente para a descrição do registro antes da obra ser publicada.

Criado em 1967 por editores ingleses, o International Standard Book Number (ISBN) é um sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição. Posteriormente passou a ser amplamente empregado tanto pelos comerciantes de livros quanto pelas bibliotecas, até ser oficializado, em 1972, como norma internacional pela International Standard Organization (ISO) 2108.

O sistema é controlado pela Agência Internacional do ISBN, que orienta e delega poderes às agências nacionais. No Brasil, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) representa a agência brasileira desde 1978, com a função de atribuir o número de identificação aos livros editados no país.

A partir de 1º de janeiro de 2007, o ISBN passou de dez para treze dígitos, com a adoção do prefixo 978. O objetivo foi aumentar a capacidade do sistema, devido ao crescente número de publicações, com suas edições e formatos.

O ISBN é atribuído a cada edição de uma publicação, à edição em idioma diferente, aos volumes de uma coleção e no seu conjunto completo, à reedição com mudança no conteúdo, aos diferentes tipos de suporte de uma mesma obra ou mudança de capa, à reimpressão fac-símile, e às separatas quando apresentam títulos diferentes e paginação própria.

3.3 O folheto de cordel e a criação de uma numeração padronizada internacional

Tomando como base as informações elencadas, sugerimos a criação de uma numeração padronizada internacional para os folhetos de cordel, justificada pelas características da sua produção editorial, que não se diferencia da produção de livros. Essa sugestão encontra amparo na própria historiografia do cordel que aponta para uma exclusão do cânone literário.

Schmidt (1996, p. 116) explica que por *cânone* entende-se:

[...] um conjunto de textos que passou pelo teste do tempo e que foi institucionalizado pela educação e pela crítica como clássicos, dentro de uma tradição, vem a ser o polo irradiador de paradigmas de que e do como se escreve, do que e como se lê. Tradicionalmente, a sua constituição está pautada no processo de reprodução do mesmo, pois a força homogeneizadora que atua sobre a seleção reafirma as identidades e afinidades e exclui, portanto, as diferenças, uma vez que essas são incompatíveis com um todo que se quer uniforme e coerente em termos de estéticos por excelência, argumento geralmente invocado na ratificação do estatuto canônico de uma obra.

Ao observar os mecanismos de construção de *cânone* para o folheto de cordel Lucena (2010, p. 41) pontua que,

Construir uma narrativa histórica e querer que ela seja definitiva e perpétua é o mote seguido pelos cânones oficiais, sejam eles da História (com “h” maiúsculo e no singular), ou da Literatura (com sua inicial também maiúscula e o mesmo e insistente singular).

Historiograficamente esse *cânone* para a literatura ajuda a sedimentar um tipo de escritura em detrimento de outras. Acreditamos que esse pensamento ajudou a construir as barreiras entre os folhetos de cordel e as demais obras bibliográficas. Neste sentido Lucena (2010, p. 43) afirma que:

[...] a historiografia construída obedeceu aos mesmos preceitos de construção que a historiografia literária brasileira hegemônica obedeceu, e, por vezes, ainda parece obedecer. A preponderância da nação na base desses cânones, seja da literatura hegemônica seja do cordel, passa a estabelecer parâmetros teóricos e o conceito e os limites dessas manifestações artísticas, bem como seus autores, seus meios legítimos de publicação, entre outros tantos aspectos.

Menezes Neto (2012, p. 200) chama atenção para o fato de que a “Academia Brasileira de Letras, principal instituição representante da literatura brasileira, não possui nenhum membro cujo foco mais importante de seus escritos seja a chamada literatura de cordel”. O fato contribui para o afastamento dos folhetos de cordel do *cânone* literário vigente. A atribuição para esta constatação dá-se, de acordo com Lucena (2010), pela forma manual de produção dos folhetos. Entretanto, hoje com a implantação das tecnologias de informação em Gráficas, Tipografias e Editoras produtoras de folhetos de cordel, esta não é mais uma circunstância obrigatória.

A confecção dos folhetos de cordel assume hoje as mesmas nuances e mecanismos da produção literária canônica. Portanto, apesar do folheto de cordel, de acordo com sua historiografia, encontrar-se à margem do *cânone* literário, o folheto contém informações que por sua vez auxiliam na construção de conhecimentos. O folheto possui uma produção editorial semelhante ao processo de confecção do livro e possui inclusive um sistema de distribuição. Por esse motivo não se justifica a exclusão do folheto de cordel dos mecanismos de controle bibliográfico universal.

De acordo com Santos, Cavalcante e Galvão (2013, p. 1) que afirmam que “o controle bibliográfico está atrelado à concepção de um sistema de registro de informações bibliográficas, que auxilie no acesso a fontes de informação”. Neste sentido, afirmamos que a produção bibliográfica de folhetos de cordel é

significativa no Brasil e que não pode nem deve ser deixada de lado. É preciso ter controle do que é produzido diariamente no país e, sobretudo, que esse controle contribua para o acesso à informação desta literatura.

4 METODOLOGIA

Nossa investigação está amparada na problemática da exclusão do folheto de cordel do *cânone* literário e consequentemente da falta de controle de sua produção. Propõe uma discussão da temática pelos especialistas, a fim de se pensar e estabelecer uma Numeração Padronizada Internacional para o Folheto de Cordel - International Standard Cordel Number (ISCN).

Neste sentido, trata-se de uma pesquisa empírica que, conforme observa Demo (2000), busca dados relevantes obtidos através da experiência e da vivência do pesquisador, com o objetivo de chegar a novas conclusões a partir da maturidade experimental do outro.

Para Demo (2000) esse tipo de pesquisa abre a possibilidade à uma maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas “estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática” (DEMO, 1994, p. 37).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que desde 2010 a Fundação Biblioteca Nacional através da Divisão de Depósito Legal vem realizando campanha com o objetivo de formar um acervo de cordéis na instituição. A Divisão de Depósito Legal da Biblioteca Nacional é responsável pela memória da produção de livros do país, entretanto, depende da doação das obras pelos autores. A campanha acima citada é uma iniciativa de reconhecimento do folheto de cordel como produção literária. Entretanto, o que assinalamos neste artigo é a criação de uma numeração padronizada internacional para os folhetos. Numeração essa que é justificada pelas características da produção editorial, que por sua vez não se diferencia da produção de livros.

Neste sentido, os resultados preliminares dessa investigação identifica um maior amadurecimento da ideia a partir de grupos de discussão com os principais atores envolvidos sobre a temática. Essa discussão deverá se realizar através de uma chamada pública para o um Congresso de Literatura de Cordel, em Juazeiro do Norte, Ceará, no ano de 2014. Para a realização desse evento propomos parcerias entre instituições, universidade e agências de fomento e a congregação de autores,

pesquisadores e editores de folhetos de cordel em reuniões regionais antes da realização do congresso.

Somente com a discussão embasada e coerente poderemos chegar a um denominador para poder encaminhar a proposta de criação do ISCN, que contribuirá para o controle do conhecimento registrado em folhetos de cordel no Brasil. Apesar de situarmos a produção literária dos folhetos de cordel no Brasil, por este ter a hegemonia neste tipo de publicação, sugerimos que a numeração padronizada seja internacional, uma vez que tentamos corrigir um problema que foi plantado no preconceito arraigado na Academia durante muito tempo.

Neste sentido, não pretendemos que nossa proposta esteja abrigada no mesmo tipo de exclusão que a produção editorial dos folhetos de cordel teve de sua origem até os dias atuais. O desafio dos pesquisadores é refletir sobre a informação e suas diversas funções na sociedade moderna, inclusive os seus variados suportes. E nesta reflexão sobre organização, armazenamento e controle da informação, nenhum suporte poderá ser rejeitado. A biblioteconomia moderna deve contribuir para os objetivos do controle bibliográfico universal com a pesquisa e o debate a respeito dos seus aspectos e principalmente, no que afirma Sampaio, Souza e Silva (2012) na árdua tarefa de controlar todo o conhecimento em constante e ativa produção.

STANDARD NUMBER BIBLIOGRAPHIC FOR CORDEL BROCHURE IN BRAZIL: contributions to the bibliographic control

ABSTRACT: Discusses the editorial process as a contribution to the construction of knowledge, specifically the brochure string as part of this process. Brings reflection on the role of universal bibliographic control as regards the editorial production of the twine. The research is supported by the people excluded from the literary canon and consequently the lack of control of their production. This is an empirical research that seeks relevant data obtained through experience and the experience of the researcher. By way of preliminary results research identifies a greater maturity of the idea with key stakeholders from a public call to Congress later.

KEYWORDS: Bibliographic control. Editorial production. Booklet cordel.

REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, Doralice F. Xavier. A estratégia discursiva do cordel prosificado. **Boitatá**, [s.l.], v. 1, p. 1-8, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/boitata/volume-1-2006/artigo%20Dora.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2014.
- ANDERSON, Dorothy. Controle bibliográfico universal. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 5, n. 1, jan-jun., p. 295-302, 1977. Disponível em: <<http://www.braptci.ufpr.br/documento.php?ddo=oooooo8691&dd1=f683c>>. Acesso em: 8 mar. 2014.
- CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique**: du savoir savant au savoir enseigné. Grenoble: La Pensee Sauvage Éditions, 1991.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- EGAN, Margareth E.; SHERA, Jesse H. Prolegomena to bibliographic control. **Journal of cataloging and classification**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 17-19, 1949.
- GRINGS, Luciana; PACHECO, Stela. A biblioteca nacional e o controle bibliográfico nacional: situação atual e perspectivas futuras. **InCID**, [s.l.], v. 1, n. 2, jul-dez, p. 77-88, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42321/45992>>. Acesso em: 8 mar. 2014.
- LEMAIRE, Ria. Passado-presente e passado-perdido: transitar entre oralidade e escrita. **Folha de Linguística e Literatura**, [s.l.], n. 5, p. 14-25, 2003. Disponível em: <http://www.flcs.uem.mz/images/pdf_files/folha_linguist5.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2014.
- _____. Tradições que se refazem. **Estudos de Literatura Contemporânea**, [s.l.], n. 35, jan-jun., p. 17-30, 2010. Disponível em: <http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/3501.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2014.

LUCENA, Bruna de Paiva. **Espaços em disputa**: o cordel e o campo literário. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literaturas)–Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010. Disponível em:
[<http://www.gelbc.com.br/pdf_teses/Bruna_Paiva.pdf>](http://www.gelbc.com.br/pdf_teses/Bruna_Paiva.pdf). Acesso em: 8 mar. 2014.

MACHADO, Ana Maria Nogueira. **Informação e controle bibliográfico**: um olhar sobre a cibernetica. São Paulo: Unesp, 2003.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. A exclusão do cordel do cânone literário paraense: uma discussão sobre a literatura de cordel, cultura popular e folclore. **Estudos Amazônicos**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 198-236, 2012. Disponível em:
[<http://www3.ufpa.br/ifch/Geraldo_Menezes_8.pdf>](http://www3.ufpa.br/ifch/Geraldo_Menezes_8.pdf). Acesso em: 8 mar. 2014.

QUINTELLA, Vilma Mota. A edição popular no Brasil: o caso da literatura de cordel. **Estudos de Literatura Contemporânea**, [s.l.], n. 35, jan-jun., p. 41-50, 2010. Disponível em:
[<http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/3503.pdf>](http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/3503.pdf). Acesso em: 3 mar. 2014.

SAMPAIO, Débora Adriano; SOUZA, Alla Moanna Cordeiro de; SILVA, Ticiane Pereira. Interfaces entre controle bibliográfico e recuperação da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 3-11, jan/jun., 2012. Disponível em:
[<http://www.ufbr.br/Biblionline-8\(1\)2012-interfaces_entre_controle_bibliografico_e_recuperacao_da_informacao%20\(2\).pdf>](http://www.ufbr.br/Biblionline-8(1)2012-interfaces_entre_controle_bibliografico_e_recuperacao_da_informacao%20(2).pdf). Acesso em: 8 mar. 2014.

SANTOS, Christian José Oliveira; CAVALCANTE, Raphael da Silva; GALVÃO, Ana Ilka Cruz. Controle bibliográfico de publicações oficiais: uma proposta para o cenário brasileiro. In: CBBD - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25. Florianópolis, SC, 2013. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC, FEBAB, 2013. Disponível em:
[<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1391/1392>](http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1391/1392). Acesso em: 8 mar. 2014.

SANTOS, Francisca Pereira dos. Poéticas da cognição: estratégias de composição mental em narrativas das vozes e da memória. **Neurobiologia**, [s.l.], v. 74, n. 3/4, jul-dez, p. 221-234, 2011.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Cânone contra/cânone: nem aquele que é o mesmo nem este que é o outro. In: CARVALHAL, Tânia Franco. (Org.). **O discurso crítico na América Latina**. Porto Alegre: IEL-Editora da Unissinos, 1996. p. 115-121.

SOUZA, Liêdo Maranhão de. **Classificação popular da literatura de cordel.** Petrópolis: Vozes, 1976.